

EXCLUSIVO / ENTREVISTA COM FERNANDO HADDAD

# Longe dos gabinetes, Haddad analisa os gargalos na segurança pública e o futuro das universidades

Por Moara Semeghini

Longe da sobriedade e das articulações tensas de Brasília, e do ritmo frenético da capital paulista, um condomínio fechado em Campinas foi o cenário de um encontro político exclusivo neste fim de semana. O ex-ministro da Fazenda e pré-candidato ao governo do Estado de São Paulo, Fernando Haddad (PT), veio à cidade acompanhado da esposa, Ana Estela Haddad (cirurgiã-dentista, professora universitária da USP e atual secretária de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde), para acompanhar a estreia do Brasil na Copa do Mundo na casa de amigos, em clima de festa junina.

Foi no intervalo da partida, com o ambiente ainda animado pelo goloço de fora da área de Vini Junior, que empatou o jogo aos 31 minutos, que a reportagem do **Correio da Manhã** aproximou-se para uma entrevista exclusiva. Em meio ao momento de lazer e descontração do casal, longe da rigidez dos debates formais e cercados por amigos, o ruído das celebrações ao fundo ficou em segundo plano e o ambiente abriu espaço para reflexões sobre os rumos do Estado e do País.

Na pauta, Haddad destrinchou temas complexos e cruciais para o eleitorado paulista, como os gargalos da segurança pública e o impacto local da Reforma Tributária — especificamente a extinção gradual do ICMS até 2033, medida que põe fim ao tradicional repasse automático de 9,57% da quota-parte do imposto que financia as universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp e Unesp).

**CORREIO DA MANHÃ** — A Reforma Tributária é vista como um marco histórico de sua gestão na Fazenda (após três décadas de discussões no Congresso) e que implementou, por exemplo, a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até 5 mil reais. Mas o fim do ICMS gerou forte apreensão na comunidade acadêmica. Professores e reitores temem que a extinção do imposto acabe com o repasse automático que garante a autonomia de USP, Unicamp e Unesp. Como o senhor responde a esse receio?

FERNANDO HADDAD — Isso é um contrassenso. Na verdade, a alternativa será vin-

Em entrevista exclusiva ao **Correio da Manhã** em Campinas, pré-candidato ao governo de SP propõe blindagem financeira para universidades paulistas e critica a condução da segurança pública no Estado

Fernando Frazão/Agência Brasil



O ex-ministro da Fazenda e pré-candidato ao governo do estado, Fernando Haddad (PT-SP)

“Essa política de abordagem (da PM) que nos Jardins é de um jeito, e com o pobre e negro é de outro, aumenta a violência.

Fernando Haddad

cular os recursos a um novo imposto ou, o que considero uma saída ainda melhor, vincular diretamente à receita tributária líquida.

**CORREIO DA MANHÃ** — Mas de quem seria a responsabilidade por estabelecer essa nova vinculação?

FERNANDO HADDAD — Hoje, isso é feito por decreto e consta anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Quem faz essa crítica, na verdade, não confia no atual governador e, nesse ponto, faz sentido não confiar, pois há precedentes dele reduzindo a vinculação de verbas para a educação [de 30%

para 25%]. Ele chegou a mudar as Constituições Federal e Estadual para isso.

Porém, não há nenhum impedimento técnico para que se faça um novo decreto vinculando o financiamento ao novo tributo ou à receita líquida. Aliás, a receita líquida protege muito mais as universidades. O ICMS perdeu o peso que tinha anos atrás e o atual governador promoveu mais renúncia fiscal de ICMS do que os anteriores, o que acabou prejudicando indiretamente o repasse. Eu sou favorável, inclusive, a constitucionalizar a nova regra para evitar que as universidades fiquem sempre reféns de um governo de extrema-direita...

**CORREIO DA MANHÃ** — ...ou de uma Assembleia Legislativa hostil...

FERNANDO HADDAD — ...que queira prejudicar a universidade.

**CORREIO DA MANHÃ** — Recentemente, cobri um caso em que a polícia agrediu violentamente um morador de rua que estava imobilizado e não havia feito nada. Episódios como esse jogam luz sobre o aumento da violência policial no Estado. Como o senhor avalia a atual gestão da segurança pública em São Paulo?

FERNANDO HADDAD — Isso é reflexo de um governo

de extrema-direita, que tem o diagnóstico errado sobre como garantir a segurança pública. Esse tipo de atitude só piora a sensação de segurança. Ao invés de melhorar, piora. Então você tem que, sim, combater o crime, de preferência pelo andar de cima, para asfixiar financeiramente a estrutura criminosa. Além disso, você tem que ter uma outra política de abordagem. Essa política de abordagem que nos Jardins é de um jeito, e em relação ao pobre, ao negro, ao periférico é de outro jeito, só contribui para aumentar a violência na sociedade, a intolerância.

**CORREIO DA MANHÃ** — Em 2025, no Rio de Janeiro, houve a operação policial mais letal do país, com 122 mortos, cinco deles policiais, sob o pretexto de combater o Comando Vermelho. Mas o Comando Vermelho hoje está lá do mesmo jeito que estava.

FERNANDO HADDAD — E veio para São Paulo. O Comando Vermelho já está em São Paulo.

**CORREIO DA MANHÃ** — Qual seria a solução efetiva para conter a ocupação territorial por essas facções?

FERNANDO HADDAD — Em primeiro lugar, o Estado de São Paulo não poderia ter feito o que fez na gestão Tarcísio que é ter uma postura ideológica em relação às iniciativas do governo federal que queria chamar para si a responsabilidade do combate ao crime organizado e à segurança pública.

É um erro grave confundir política de governo [ações temporárias ligadas à ideologia do grupo que está no poder] com o que é política de Estado [refere-se a diretrizes de longo prazo, de interesse nacional, que continuam valendo independentemente de quem esteja governando]. Segurança pública tem que ser uma política de Estado, tem que ser construída cooperativamente. O secretário [Guilherme] Derite foi enviado ao plano federal justamente para atrapalhar a tramitação tanto da lei antifacção quanto, depois, da PEC da Segurança Pública. Essa PEC era e continua sendo fundamental para termos um novo tipo de governança, onde a cooperação entre Estado e União seja a regra, e não a exceção.